



Dr. Ilmar Bastos Santos
MD Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente
Av. Prudente de Moraes, 1671
30380-000 – Belo Horizonte (MG)

DOMINGOS COSTA INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS S.A. com sede e foro a Praça
Louis Enschede, 160, Cidade Industrial, Contagem (MG) vem oferecer DEFESA face ao
Auto de Infração 00002108/2005, o que faz por meio das inclusas razões anexas ao
presente.

Termos em que

PD

Contagem, 16 de fevereiro de 2005

DOMINGOS COSTA INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS S.A.

FEAM 16/02/2005 14:38 - F003083/2005



OS FATOS

1. Relata o Auto de Infração retro assinalado que a irregularidade cometida pela autuada foi:

“Operar os silos para armazenagem de trigo, atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licença de Operação emitida pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, não sendo constatada a existência de poluição ambiental; e iniciar a terraplanagem na área que será construída a nova unidade de mistura, atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, sem Licença Previa e de Instalação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM, ou seus órgãos seccionais de apoio sendo constatada, portanto, a existência de degradação ambiental.”

1.2.-Não capitulou a suposta infração.

1.3.-Postas as situações do ponto de vista do Fisco, a autuada requer a obsequiosa atenção de V.S. para o que passa a expor linhas adiante:

1.4.-Inicialmente, deseja externar que desde o ano de 1978 até 1998 vem operando rigorosamente dentro das normas ambientais, aduzindo que no referido período requereu quatro licenças, sendo que a ultima delas concedida que em 13 de agosto de 1998, com Licença de Operação de Ampliação – Certificado 213 – foi com validade de até 11 de agosto de 2002.

1.5.-Releva notar que a partir de 1998, o processo de licenciamento ambiental da autuada foi transferido para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme norma técnica desta Fundação, que havia enquadrado a empresa como Classe III e, por isso, a responsabilidade de fiscalizar a requerente estava a cargo da Prefeitura Municipal de Contagem.

Assim, em 12 de outubro de 2002, a autuada requereu perante a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Contagem, uma orientação básica para a Licença de Instalação de Ampliação, por recomendação da FEAM, tendo sido informada que a instituição responsável pelo licenciamento, por meio de convenio, passou a ser de responsabilidade daquela Secretaria, da qual originou o FOB 00451.2000.



Em 14 de março de 2001, o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Contagem, COMAC, concedeu a Licença de Instalação, por meio do CERTIFICADO 38.

Entretanto, o convenio acima referido sofreu mudanças, devido a classificação do porte de empreendimento (Classe III) e o processo de Licenciamento da autuada retornou à competência da FEAM, fato este JAMAIS comunicado à empresa-autuada.

Em 30 de junho de 2004, a autuada requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Contagem, pedido de orientação básica para a Licença de Instalação para Silagem de trigo, por recomendação da FEAM, quem por seu turno informou que o órgão responsável pelo licenciamento, por meio de convênio, seria de responsabilidade daquela Secretaria, a qual originou o FOB 00654-2004, de 21 de julho de 2004.

Em 27 de outubro de 2004, o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Contagem – COMAC - concedeu “ad referendum” a licença de Instalação, Certificado LI 95 para Unidade de Silagem de Trigo, localizada a Praça Louis Enschede, 97 – Cidade Industrial, tudo conforme PA 2188/02/04.

MÉRITO

2. Em 26 de janeiro de 2004 a FEAM, lavrou o AI objeto da presente DEFESA conforme já exposto linhas atrás, por meio do qual entende como irregularidades praticadas pela autuada:

-----a existência de operação de silos de trigo sem licença de operação-----

-----iniciar terraplanagem da nova unidade de misturas sem licença prévia de instalação.-----

A autuada requer novamente a obsequiosa atenção de V.S. para o que passa a expor:

2.1. Face a licença número 95 concedida pela SMMA de Contagem, a autuada esteve e ainda está em processo de instalação da unidade de silagem, a qual não se encontra instalada. O que existe, na realidade, são operações de ajustes de equipamentos, em fase de regulação.

2.2. Por seu turno, a referida terraplanagem foi realizada dentro do planejamento apresentado para o Licenciamento da Unidade de Silagem e constitui cumprimento de condicionantes da LI de silagem que previu silagem, urbanização e revegetação de



taludes de toda a área da autuada, não constituindo isoladamente obra para implantação da fábrica de misturas que, repita-se, encontra-se em fase de projeto.

O PEDIDO

Ante o exposto, a autuada requer que o Auto de Infração, ante a ausência de irregularidades de qualquer natureza, seja julgado insubsistente e arquivado, após os trâmites normais, com observância do contraditório pleno.

P.Deferimento

Contagem, 16 de fevereiro de 2005.

DOMINGOS COSTA INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS S.A.